
WLM – Indústria e Comércio S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ : 33.228.024/0001-51

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – ABRIL 2011
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

29 de Abril de 2011

Horário: 17:00

**Local: Sede da Sociedade, na Rua São José, 90 - 17o. andar, na cidade do
Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro**

WLM – Indústria e Comércio S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ : 33.228.024/0001-51

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
(Art. 9º da Instrução CVM 481/2009)**

Proposta de destinação do Lucro Líquido do exercício encerrado em 31/12/2010 formulada pela administração da WLM - Indústria e Comércio S.A. a ser submetida à apreciação e deliberação da Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2011, nos termos do Capítulo III, artigo 9º, parágrafo 1º, item II da Instrução CVM nº. 481/09.

Anexo 9-1-II - Destinação do Lucro Líquido

1. Informar o lucro líquido do exercício de 2010.

O lucro líquido do exercício de 2010 foi de R\$ 55.122 mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

O montante global do dividendo a ser distribuído aos acionistas da WLM é de R\$ 13.545 mil, equivalentes a R\$ 1,7638 por ação ordinária e R\$ 1,9402 por ação preferencial. Já foram distribuídos R\$ 12.326 equivalentes a R\$ 1,6050 por ação ordinária e R\$ 1,7655 por ação preferencial.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

O percentual a ser distribuído é de 25% do lucro líquido ajustado (lucro líquido após a reserva mínima obrigatória e eventuais retenções adicionais aprovadas em assembleia) para distribuição de remuneração aos acionistas na forma de dividendos.

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não se aplica

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. o valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

O saldo dos dividendos a serem distribuídos é de R\$ 0,15880 por ação ordinária e R\$ 0,17468 por ação preferencial.

b. a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Crédito em conta corrente até 60 dias após a data da aprovação.

c. eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não há incidência de atualização e juros sobre os lucros a serem distribuídos referentes ao exercício de 2010.

d. data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

A data da declaração de pagamento dos dividendos referentes ao exercício de 2010 será 29 de abril de 2011, data da aprovação do pagamento pela Assembleia Geral Ordinária.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Em reunião realizada em 5 de outubro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a antecipação da distribuição no montante de R\$ 12.326 mil.

b. informar a data dos respectivos pagamentos.

19 de outubro de 2010.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

	2010	2009	2008
Lucro líquido do Exercício	R\$ 55.122	R\$ 25.746	R\$ 85.350

b. dividendos e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

	2010	2009	2008
Lucro líquido do exercício	R\$ 55.122	R\$ 25.746	R\$ 85.350
Dividendos distribuídos (valor bruto)	R\$13.545	R\$ 6.334	R\$ 20.473
Juros sobre Capital Próprio distribuído	-	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. identificar o montante destinado à reserva legal.

Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, a Administração propõe a destinação de R\$ 2.852 mil para Reserva Legal, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício de 2010.

b. detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

	2009
Lucro Líquido ajustado do exercício	26.670
(x) percentual destinado à reserva legal	5%
Destinação à reserva legal	1.334

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos.

A Companhia distribuirá anualmente como dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido definido no art. 36 de seu Estatuto, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) cota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.

b. informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Sim. O montante do Lucro Líquido é de R\$ 55.122 e dividendos propostos em 2010 são de R\$ 13.545.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Sim, é cumulativa. Suportado pelo § 5º do Estatuto Social: "Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 4º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos nos exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da companhia."

d. identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável, pois existe apenas uma classe de ação preferencial.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável, pois existe apenas uma classe de ação preferencial.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no Estatuto Social.

O Estatuto Social, em seu art. 38, prevê a destinação de 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) cota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.

b. informar se ele está sendo pago integralmente.

A administração da Companhia propõe, para o exercício de 2011, o pagamento do valor total de dividendos mínimos obrigatórios.

c. informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

a. informar o montante da retenção.

Não aplicável.

b. descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável.

c. justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

b. identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

c. explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável.

d. justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não aplicável.

b. informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

Art. 37 - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal até que a mesma atinja 20% (vinte por cento) do capital social. Do restante, até 70% (setenta por cento), serão destinados metade à reserva de investimentos com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades sociais e a outra metade para reserva para garantir o pagamento de dividendos aos acionistas.

b. identificar o montante destinado à reserva.

O montante destinado à reserva é R\$ 40.635 mil.

c. descrever como o montante foi calculado.

Todo o montante de lucro não distribuído como dividendos e não destinado à reserva legal, à reserva de lucros a realizar e à reserva de incentivos fiscais foi destinado à reserva de investimentos e à reserva para pagamento de dividendos, levando em consideração a cláusula do Estatuto, conforme descrito no artigo 37.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. identificar o montante da retenção.

Não aplicável.

b. fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. informar o montante destinado à reserva.

Não se aplica

b. explicar a natureza da destinação.

Não se aplica

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

Condições financeiras e patrimoniais gerais

As demonstrações financeiras de 2010 da WLM foram elaboradas seguindo os princípios estabelecidos pelo IFRS – International Financial Reporting Standards, assim como as demonstrações financeiras de 2009 que, de modo a permitir a adequada comparação, foram reapresentadas também de acordo com os padrões do IFRS.

Os principais impactos da adoção inicial do IFRS nos resultados da Companhia foram provenientes da avaliação a valor justo dos ativos e passivos das empresas controladas da área de agropecuária e na conta depreciação de todas as controladas e holding. Os efeitos estão detalhados nas Demonstrações Financeiras e notas explicativas.

As contas e resultados comentados em relação aos exercícios de 2010 e 2009 estão em conformidade com as reclassificações previstas nas normas IFRS. Já a avaliação de desempenho de 2009 comparativamente a 2008 considera os Balanços Patrimoniais e Resultados elaborados de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil até então (BRGaap).

A Companhia encerrou o exercício de 2010 em condições que consideramos bastante confortáveis em termos financeiros e patrimoniais. Ao final do ano, a WLM não tinha dívidas de curto ou longo prazo. A última parcela do endividamento de curto prazo - referente ao único empréstimo bancário tomado em 2001 pela controlada Fartura Agropecuária – foi quitada em agosto/2010, conforme amortização anual programada.

A posição de caixa e aplicações financeiras somaram R\$ 183,3 milhões no final de 2010, valor R\$ 31,9 milhões ou 21,1% superior ao do fechamento do ano anterior. A variação decorre principalmente do aumento de 32,8% em “caixa e equivalentes”, que passou de R\$ 131,6 milhões para R\$ 174,8 milhões entre as posições de 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010. A WLM programou manter o saldo de caixa em níveis elevados para realizar pagamentos a fornecedores no início do trimestre seguinte, conforme política comercial da Companhia.

O resultado das operações no ano levou ao crescimento dos Ativos Totais em 6,0% ante a posição ao final do exercício de 2009, atingindo R\$ 568,1 milhões. No mesmo período, suas exigibilidades foram reduzidas em R\$ 10,1 milhões, o que levou o Patrimônio Líquido da Companhia a atingir R\$ 436,3 milhões ao final de 2010, com crescimento de 10,7% no ano.

Nossa confortável posição de caixa possibilita, nos próximos exercícios, a realização de investimentos voltados ao crescimento orgânico ou ainda em novas oportunidades consideradas lucrativas, apenas usando recursos próprios.

Evolução 2008 X 2009 (considera as DFs elaboradas de acordo com as normas contábeis do BRGaap)

O resultado das operações da WLM permitiu que a Companhia registrasse Ativos Totais de R\$ 477,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que indica ampliação de 11,8% ante a posição de encerramento do ano anterior. No mesmo período, os exigíveis apresentaram crescimento de 33,3%, atingindo R\$ 121,9 milhões ao final de 2009. A participação dos minoritários teve redução de 3,7%, atingindo R\$ 437 mil no encerramento do exercício de 2009, depois de já ter sido fortemente reduzida no ano anterior, quando os controladores da Companhia adquiriram expressiva parcela das ações de minoritários.

Ao final de 2009, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$ 355,0, o que indica aumento de R\$ 19,9 milhões, ou 5,9%, no exercício. Os crescimentos patrimoniais e das operações foram alcançados sem a necessidade de captação de recursos de terceiros, seja provenientes de empréstimos bancários ou de subscrição de novas ações.

A Companhia liquidou, no decorrer de 2009, sua dívida de longo prazo, enquanto a dívida de curto prazo, referente ao único empréstimo bancário tomado em 2001 pela controlada Fartura Agropecuária, passou de R\$ 1,1 milhão em 31/12/2008 para R\$ 1,3 milhão ao final do exercício

de 2009. Assim, a dívida bruta total teve redução de R\$ 1 milhão no período, passando de R\$ 2,3 milhões para R\$ 1,3 milhão. Com disponibilidades de caixa de R\$ 151,4 milhões ao final de 2009, a WLM encerrou o ano com caixa líquido de R\$ 150,1 milhões.

a. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

A WLM encerrou o ano de 2010 com patrimônio líquido de R\$ 436,3 milhões, ante R\$ 394,1 milhões em 2009, considerando as DFs elaboradas de acordo com os padrões internacionais do IRFS. Ao final de 2008, o patrimônio líquido calculado com base nas normas contábeis brasileiras então adotadas (BRGaap) era de R\$ 335,1 milhões.

Sem qualquer endividamento financeiro, em 31 de dezembro de 2010, a composição da estrutura de capital da WLM, medida pela proporção entre passivo exigível (circulante + não circulante) e patrimônio líquido era formada por 69,8% de capital próprio e 30,2% de capital de terceiros. Nos períodos anteriores a composição de capital era:

2009 – 64,0% capital próprio e 36,0% capital de terceiros

2008 – 72,6% capital próprio e 27,4% capital de terceiros.

Composição do capital de terceiros e indicador dívida líquida / Ebitda

(R\$ Mil)	31/12/2010*	31/12/2009*	31/12/2008**
Disponibilidades	183.278	151.394	170.765
Dívida de curto prazo	0	1.269	1.086
Dívida de longo prazo	0	0	1.168
Dívida líquida (caixa líquido)	(183.278)	(150.125)	(168.511)
Ebitda	73.385	21.057	116.167
Dívida líquida / Ebitda (*)	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável

* (2010 e 2009) - IFRS

** (2008) BRGaap

Com disponibilidades superiores ao valor total da dívida, a WLM possuía caixa líquido, e não dívida líquida, no encerramento dos três períodos analisados e, portanto, não tinha alavancagem financeira, sendo o indicador Dívida líquida / Ebitda não aplicável.

Não há possibilidade de resgate das ações da WLM, exceto aquelas previstas em lei (programa de recompra de ações).

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

b. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final de 2010, a Companhia não tinha qualquer dívida financeira registrada, seja de curto ou longo prazo. A geração de caixa proveniente das atividades operacionais e a posição de larga liquidez da Companhia nos permitem afirmar que, na WLM, temos plena capacidade de honrar nossos compromissos financeiros nos próximos anos.

	2010	2009	2008
Ciclo de caixa (número de dias médio em dezembro)	30	38	4
Ebitda / Dívida líquida (vezes)	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Ebitda / Despesa financeira líquida (vezes)	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Dívida de longo prazo (% da dívida bruta, em 31 de dezembro)	0%	0%	52%

(*) Os itens considerados "não aplicáveis" justificam-se pelo fato da Companhia ter expressivo caixa líquido: o volume de disponibilidades financeiras foi superior ao das dívidas com instituições financeiras. Adicionalmente, a Companhia registrou, nos três períodos em questão, receita financeira superior à despesa financeira, com saldo de receita financeira líquida.

c. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para o financiamento de investimentos em ativos não circulantes e de nossas eventuais necessidades de capital de giro, utilizamos recursos próprios e geração de caixa operacional.

Não mantemos operações financeiras de *leasing* relevantes e, ao final do exercício de 2010, não tínhamos qualquer dívida com instituições financeiras. No decorrer de 2009, encerramos o endividamento de longo prazo da Companhia e, em 2010, zeramos também a dívida de curto prazo.

Os contratos assinados são sempre negociados de forma que seus pagamentos (do serviço da dívida e do principal) sejam compatíveis com nossa geração operacional de caixa e gestão de caixa, de modo a manter as disponibilidades em nível apropriado para o desenvolvimento de nossas atividades.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não consideramos haver para a Companhia qualquer cenário provável de deficiência de liquidez. Mantemos firme controle, com acompanhamento de nosso fluxo de caixa no dia a dia, e administramos nossa posição financeira de modo a manter o nível de endividamento extremamente reduzido, sempre amplamente de acordo com nossa capacidade de pagamento.

Temos capacidade para financiar investimentos para a maior eficiência e crescimento dos negócios com capital próprio. Eventuais necessidades de captação de recursos são sempre analisadas cuidadosamente e, se necessárias, tomados de maneira a manter nossos padrões de gestão de caixa, nível de liquidez e reduzida alavancagem financeira.

Pretendemos manter essa administração cuidadosa do aspecto financeiro. A intenção da diretoria é continuar administrando a questão financeira de modo a garantir os menores níveis de endividamento e sempre compatíveis com a geração de caixa operacional.

e. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento da Companhia foi sendo reduzido no decorrer dos últimos exercícios, com eliminação da dívida de longo prazo no decorrer do ano de 2009 e eliminação também da dívida de curto prazo no decorrer do ano seguinte, chegando a zero em 31 de dezembro de 2010. Abaixo, apresentamos nossa posição de endividamento e o perfil da dívida ao final dos exercícios de 2009, 2008 e 2007:

Endividamento (R\$ mil)	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Dívida bruta	0	1.269	2.254
Ganhos (perdas) não realizados com operações de derivativos	0	0	0
Caixa e equivalentes	183.278	151.394	170.765
Dívida líquida / (Caixa líquido)	(183.278)	(150.125)	(168.511)

* Nos três períodos analisados, a Companhia tinha posição de caixa superior à dívida total e, portanto, não possuía dívida líquida e sim caixa líquido.

Endividamento perfil (%)	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Longo prazo (%)	0%	0%	52%
Curto prazo (%)	0%	100%	48%

Moeda nacional (%)	0%	100%	100%
Moeda estrangeira (%)	0%	0%	0%

Dívida de longo prazo – vencimentos (R\$ mil)	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Em 2009	0	0	1.086
Em 2010	0	1.269	1.168
Em 2011	0	0	0
Em 2012	0	0	0

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia mantinha um único empréstimo, que foi quitado em agosto de 2010. Na tabela abaixo apresentamos o endividamento da WLM detalhado por instituição financeira, indexador e taxa de juros contratada, conforme posição ao final dos três últimos exercícios:

Instituição Financeira	Indexador	Juros a.a.	(R\$ mil)		
			31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Banco da Amazônia – BASA	Taxa pré-fixada	8,5% a.a.	0	1.269	2.254

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não aplicável, pois nos três últimos exercícios a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável, pois não temos quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável, pois a Companhia possuía uma única dívida em 2008 e 2009, quitada em agosto de 2010.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não se aplica, já que a WLM não tem contratos de financiamento firmados nos quais existam cláusulas e condições a serem cumpridas - *covenants* – relacionados ao grau de liquidez da Companhia.

f. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica, pois a WLM não tem financiamentos contratados a serem utilizados em tranches.

g. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A análise aqui apresentada para os anos de 2010, 2009 e 2008 refere-se aos resultados e balanços patrimoniais consolidados. As referidas Demonstrações Financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contendo todos os ajustes já regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pelos pronunciamentos técnicos

do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC vigentes até 31 de dezembro de 2009 e modificações introduzidas pela lei nº. 11.638/07, alterada pela Medida Provisória nº. 449/08, convertida na lei 11.941/09.

A partir de 31/12/2010, a publicação das demonstrações financeiras em IFRS – International Financial Reporting Standards - se tornou obrigatória, sendo que todos os trimestres de 2010 e a respectiva comparação com 2009 foram rerepresentados de acordo com os padrões internacionais de contabilidade IFRS. Os principais impactos da adoção inicial do IFRS nos resultados da WLM foram provenientes da avaliação a valor justo dos ativos e passivos das empresas controladas da área de agropecuária e na conta depreciação de todas as controladas e da *holding*. Todas as contas e resultados comentados, do exercício de 2010 comparado ao exercício de 2009, estão em conformidade com as reclassificações previstas nas normas IFRS.

Para a comparação das demonstrações financeiras do ano de 2009 ante o ano de 2008, não foram considerados os padrões contábeis internacionais – IFRS, uma vez que os dados de 2008 não foram rerepresentados de acordo com tal padrão contábil, mas sim com as normas então vigentes do BRGAAP.

Balanças Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO	Nota Explicativa nº	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	106.334	103.342	105.893	174.776	131.565	144.697
Aplicações financeiras	7	8.502	19.829	26.068	8.502	#	
Contas a receber de clientes	8				56.181	99.598	35.936
Quotas de consórcio	9				11.139	2.851	3.163
Impostos a recuperar e créditos tributários	10	3.297	2.176	940	7.328	3.845	2.679
Estoques	11				45.775	20.653	19.947
Ativos biológicos	12				9.621	6.457	6.125
Dividendos e juros sobre capital próprio	13	349	277	969			
Outros ativos circulantes		43	73	62	368	482	227
Total do ativo circulante		118.525	125.697	133.932	313.690	265.451	212.774
NÃO CIRCULANTE							
Contas a receber de partes relacionadas	14	3.299	8.140	5.901	302	302	97
Contas a receber por venda de ativos	15			5.682			5.682
Impostos a recuperar e créditos tributários	10				39	33	39
Depósitos judiciais	16	458	443	443	585	531	518
Investimentos	17	287.579	248.540	249.874	199	205	357
Propriedade para investimentos	18	32.004	32.004	24.533	32.004	32.004	24.533
Ativos biológicos	12				15.517	12.164	12.955
Imobilizado	19	3.908	3.837	4.055	196.761	196.411	198.850
Intangível	20	65	72	66	9.013	9.080	9.149
Total do ativo não circulante		327.313	293.036	290.554	254.420	250.730	252.180
TOTAL DO ATIVO		445.838	418.733	424.486	568.110	516.181	464.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

PASSIVO	Nota Explicativa nº	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE							
Fornecedores	21	249	228	168	31.770	76.314	23.885
Créditos de clientes	22				53.575	6.141	3.491
Empréstimos e financiamentos	23					1.269	1.084
Salários e encargos sociais		1.209	880	873	3.901	2.915	3.297
Impostos e contribuições a recolher		44	38	66	3.642	2.651	4.066
Imposto de renda e contribuição social a pagar				637	1.373	1.312	1.516
Parcelamento de impostos e contribuições				167			751
Contratos de parceria					1.100	1.100	1.100
Dividendos a pagar	24	2.220	6.925	21.109	2.220	6.925	21.109
Contas a pagar a partes relacionadas	14	1.128	1.649	1.716	1.128	1.128	1.128
Outras obrigações circulantes	25	3.146	1.905	6.317	3.268	752	1.195
Total do passivo circulante		7.996	11.625	31.053	101.977	100.507	62.622
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	23						1.168
Parcelamento de impostos e contribuições				1.259			5.823
Provisão para contingências	26		11.498	11.498	667	11.498	11.498
Provisão para IR e CSLL diferido	27	2.128	2.113	3.504	29.165	29.924	32.131
Total do passivo não circulante		2.128	13.611	16.261	29.832	41.422	50.620
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	28	137.375	117.375	117.375	137.375	117.375	117.375
Reservas de reavaliação		102.902	103.765	104.689	102.902	103.765	104.689
Reserva de lucros		157.304	133.817	112.995	157.304	133.817	112.995
Ajustes de avaliação patrimonial		38.133	38.540	42.113	38.133	38.540	42.113
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores		435.714	393.497	377.172	435.714	393.497	377.172
Participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas					587	584	608
Total do Patrimônio líquido		435.714	393.497	377.172	436.301	394.081	377.780
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		445.838	418.733	424.486	568.110	536.010	491.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa nº	Controladora		Consolidado	
		Exercícios findos em		Exercícios findos em	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Operações continuadas					
Receita líquida				982.786	566.418
Custo das vendas				(844.472)	(476.927)
Lucro bruto	29			138.314	89.491
Despesas gerais e administrativas	30	(17.955)	(18.133)	(84.311)	(72.068)
Reversão de contingências e provisões	26	11.498	3.387	11.124	(90)
Despesa com depreciação e amortização		(177)	(274)	(1.574)	(1.684)
Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos				7.405	722
Outras receitas operacionais		464	1.269	2.485	2.323
Outras despesas operacionais		(2.786)	(40)	(2.790)	(40)
Resultado de equivalência patrimonial	17	52.160	24.626	1.000	839
Participação nos resultados de coligadas		169	(120)	169	(120)
		<u>43.373</u>	<u>10.715</u>	<u>(66.492)</u>	<u>(70.118)</u>
Lucro operacional		43.373	10.715	71.822	19.373
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	31	12.544	19.059	16.151	24.326
Despesas financeiras	32	(795)	(4.302)	(10.621)	(9.292)
		<u>11.749</u>	<u>14.757</u>	<u>5.530</u>	<u>15.034</u>
Lucro antes dos impostos		55.122	25.472	77.352	34.407
Imposto de renda e contribuição social	33		(606)	(21.862)	(12.925)
Lucro do exercício de operações em continuidade		55.122	24.866	55.490	21.482
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas, líquido de impostos				(368)	3.384
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>55.122</u>	<u>24.866</u>	<u>55.122</u>	<u>24.866</u>
Atribuível a:					
Acionistas da companhia				55.143	24.842
Acionistas não controladores das controladas				(21)	24
		<u>55.122</u>	<u>24.866</u>	<u>55.122</u>	<u>24.866</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Análise do Desempenho 2010 x 2009 (considerando ambas as demonstrações financeiras apresentadas em IFRS)

Os resultados da WLM em 2010 refletem condições mais favoráveis para o segmento de veículos pesados, principalmente na recuperação dos volumes transacionados. O aumento expressivo de novos pedidos de veículos se converteu em consistente crescimento de receitas, melhoria sustentada das margens e forte geração operacional de caixa. A magnitude das taxas de expansão compensou os efeitos da base de comparação anual. Vale lembrar que os resultados do primeiro semestre de 2009 embutiram os efeitos negativos da crise global. O terceiro trimestre daquele ano começou a esboçar reversão do ciclo de baixa e apenas no 4T09 houve de fato reaquecimento do setor de veículos pesados. Já em 2010, o nível de atividade econômica geral do País, assim como especificamente no segmento de comercialização de veículos pesados – nossa principal atividade –, manteve-se aquecido durante todo o ano.

Receita Bruta: A receita bruta consolidada foi de R\$ 1.098,5 milhões em 2010, o que indica acréscimo de 74,1% em relação ao ano anterior (R\$ 630,9 milhões). A forte evolução positiva da receita operacional reflete o melhor momento econômico do País e é explicada, principalmente, por: (i) expansão de 97,6% nas vendas de caminhões, produto responsável por 79,0% da receita operacional bruta total; (ii) aumento médio de 3,6% na receita obtida por caminhão vendido; e (iii) acréscimo de 13,7% na receita de prestação de serviços (assistência técnica).

A principal fonte de receita da Companhia - a revenda de caminhões Scania - é fortemente influenciada pelo nível de investimento observado na economia. Em 2009, o nível de atividade econômica ainda estava prejudicado pelos efeitos da crise financeira mundial e, apenas no último trimestre daquele ano pode ser observada a sua retomada. Em 2010, a tendência positiva observada no final do ano anterior manteve-se no decorrer do ano, com forte crescimento da economia interna.

Em 2010, 96,2% da receita da Companhia resultou das vendas de mercadorias e produtos da área de negócios Scania, sendo: 79,0% proveniente de caminhões; 12,8% de peças e lubrificantes e 4,4% de chassis de ônibus. A prestação de serviços de manutenção aos veículos e motores Scania gerou 3,2% da receita total, e os demais 0,6% foram resultado das atividades de agropecuária.

A composição da receita operacional de 2010 não apresentou alterações expressivas ante a distribuição de 2009, quando 94,3% do total foram procedentes das vendas de mercadorias e produtos da área Scania, 4,9% da prestação de serviços e 0,8% da comercialização dos produtos da área de agropecuária. A receita oriunda da prestação de serviços mostrou participação declinante no ano, uma vez que, com condições mais favoráveis de financiamento e atividade econômica interna aquecida, a venda de novas unidades é estimulada em detrimento de gastos com manutenção de veículos mais antigos, cujo custo pode ser elevado.

Deduções da Receita Operacional Bruta: Os impostos indiretos e as outras deduções sobre vendas atingiram R\$ 115,8 milhões, o que representou aumento de 79,5% em relação ao valor de 2009 (R\$ 64,5 milhões), em razão do forte aumento também verificado na receita bruta a partir do crescimento das vendas.

Receita Operacional Líquida: A receita operacional líquida somou R\$ 982,8 milhões em 2010, desempenho 73,5% superior ao acumulado no exercício de 2009. O crescimento é ligeiramente inferior ao observado na receita bruta devido à maior incidência de deduções, que passaram de 10,2% da receita operacional bruta em 2009 para 10,5% no último exercício. A expressiva evolução positiva da receita operacional líquida deve-se aos fatores que também explicam o desempenho da receita bruta, conforme citados acima.

Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados: No acumulado anual, o custo dos produtos vendidos (CPV) totalizou R\$ 844,5 milhões, o que corresponde a acréscimo de 77,1% ante 2009, denotando o aumento das vendas de veículos e peças, além de prestação de serviços. A relação entre o CPV e a receita operacional líquida apresentou ligeiro aumento, passando de 84,2% em 2009 para 85,9% em 2010.

Lucro Bruto: O lucro bruto alcançou R\$ 138,3 milhões em 2010, 54,6% superior ao de 2009. As vendas de caminhões praticamente dobraram de 2009 para 2010, constituindo fator

preponderante para o crescimento do lucro operacional. O comportamento dos preços médios não teve contribuição relevante na lucratividade anual, uma vez que subiram em 3,6% para caminhões e declinaram em torno de 14,5% no caso de chassis de ônibus.

A margem bruta no ano foi de 14,1%, 1,7 p.p. menor do que a margem de 2009 (15,8%). O decréscimo é explicado, principalmente: (i) pelas condições comerciais presentes durante 2010. A retomada da demanda por veículos pesados foi acompanhada pelo aumento da produção das montadoras. De forma geral, havia caminhões disponíveis para pronta entrega e a concorrência entre as marcas foi acirrada. Esse cenário propiciou condições mais favoráveis aos compradores finais. No decorrer do ano, a WLM viu-se forçada a manter os preços de comercialização quase inalterados. Paralelamente, realizou transações significativas com frotistas – clientes que adquirem grandes quantidades e, portanto, têm poder de barganha na negociação de descontos maiores e prazos de pagamento mais dilatados. (ii) o ritmo de crescimento da receita operacional (73,5%) foi ligeiramente inferior ao da evolução do CPV (77,1%), pressionando as margens e influenciando negativamente o lucro operacional.

Despesas Gerais e Administrativas: O êxito obtido nos esforços empreendidos em 2009 quanto à administração dos custos e despesas operacionais, se repetiu em 2010 – as despesas operacionais, incluindo amortizações e depreciação, totalizaram R\$ 74,8 milhões (R\$ 73,8 milhões em 2009), equivalente a ligeira alta de 1,2%, apesar do forte aumento das atividades. O EBIT em 2010 foi de R\$ 71,8 milhões, quase quatro vezes (270,4%) superior aos R\$ 19,4 milhões registrados em 2009.

As Despesas Administrativas totalizaram R\$ 84,3 milhões, com aumento de 17,0% em relação ao registrado no exercício anterior. As contas “salários e encargos” e “benefícios a empregados”. juntas, representaram 72,4% de tais despesas e trazem os efeitos da ampliação de 9,5% do quadro funcional. O maior número de funcionários foi motivado pela expansão dos negócios ao longo do ano. A Companhia contava com 861 funcionários no término de 2010, ante 786 no fechamento de 2009.

Depreciação e Amortização: A depreciação do ativo imobilizado no exercício 2010 foi de R\$ 1,6.milhão ante R\$ 1,7 milhão em 2009.

Outras receitas (despesas) operacionais: Em 2010, o saldo da conta foi uma despesa líquida de R\$ 0,3 milhão, ante resultado positivo de R\$ 2,3 milhões em 2009.

Receita Financeira Líquida: O resultado financeiro líquido de 2010 foi positivo em R\$ 5,5 milhões, o que representa redução de 63,2% ante a receita líquida de R\$ 15,0 milhões apurada em 2009. O desempenho é resultado tanto de aumento das despesas financeiras como, e principalmente, da redução das receitas financeiras.

A receita financeira consolidada anual foi de R\$ 16,2 milhões, 33,6% inferior à de 2009 (R\$ 24,3 milhões). O recuo resultou da diminuição de aplicações financeiras para o direcionamento de recursos à compra de cotas de consórcio de caminhões. Essa compra foi necessária para atender ao aumento da demanda. A quitação antecipada de débitos fiscais (PAES) também utilizou recursos que reduziram o saldo de aplicações. Adicionalmente, em 2009 foi registrado o valor de R\$ 5,8 milhões referente à alienação de ações da empresa Santana Rios Agropecuária S.A. concluída em maio daquele ano, com o saldo do trimestre anterior tendo sido registrado na forma de atualização de receitas financeiras.

Ao mesmo tempo, as despesas financeiras avançaram 14,3% passando de R\$ 9,3 milhões em 2009 para R\$ 10,6 milhões em 2010. O principal fator que levou ao aumento das despesas foi o maior volume comercializado pela Companhia. Cabe comentar que desde o faturamento do veículo pela Scania ao concessionário até o momento da aprovação do financiamento do cliente pelo BNDES, o concessionário arca com todas as despesas financeiras e juros do financiamento concedido pelo agente financeiro. Portanto, as despesas financeiras da Companhia não estão relacionadas a endividamento oneroso, seja sob a forma de emissão de títulos de dívida, empréstimos ou financiamentos.

Imposto de renda e contribuição social: O valor apurado de imposto de renda sobre o lucro líquido relativo ao exercício de 2010 foi de R\$ 21,9 milhões. Tal valor corresponde a aumento de 69,1% ante o apurado no exercício de 2009 (R\$ 12,9 milhões), acompanhado o relevante crescimento das receitas da Companhia no período.

Lucro Líquido: Resultante dos fatores positivos comentados acima, em 2010 o lucro líquido da WLM atingiu R\$ 55,1 milhões, mais do que dobrando (+ 121,7%) em relação ao obtido em 2009 (R\$ 24,9 milhões). O resultado não sofreu influência relevante de eventos não-recorrentes e está em linha com a expansão da receita operacional.

O desempenho da WLM manteve trajetória ascendente durante o decorrer do exercício. A evolução do lucro líquido reflete o consistente desempenho operacional da Companhia, resultante da criação e bom aproveitamento de oportunidades de negócios durante o ano.

Ebitda: O Ebitda, indicador do desempenho operacional e medida da geração de caixa, atingiu R\$ 73,4 milhões em 2010, o que corresponde a 3,5 vezes o valor de 2009 (R\$ 21,1 milhões). A margem Ebitda sobre a receita operacional líquida foi de 7,5%, com ganho de 3,8 p.p. em relação à obtida no ano anterior, que foi de 3,7%. A expansão da geração operacional de caixa medida pelo Ebitda, bastante superior ao crescimento da receita operacional líquida (+ 73,5%) reflete não só o crescimento das vendas, mas também o ganho de lucratividade proveniente da administração de custos e despesas no período, apesar da evolução.

R\$ mil	2010	2009	Var.% 2010 x		Var.% 2009 x	
	IFRS	IFRS	2009	2009 BR GAAP	2008 BR GAAP	2008 (BR GAAP)
Lucro Líquido	55.122	24.866	121,7%	25.746	85.350	(69,8%)
IR / CS	21.862	12.925	69,1%	12.925	39.824	(67,5%)
Resultado Financeiro Líquido	(5.141)	(18.442)	(72,1%)	(14.753)	(10.475)	40,8%
Depreciação e Amortização	1.574	1.684	(6,5%)	1.555	1.476	5,4%
Ebitda	73.417	21.033	249,1%	25.473	116.175	(78,1%)
Margem Ebitda	7,5%	3,7%	3,8 p.p.	4,5%	18,0%	(13,5) p.p.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

Disponibilidades: A posição das disponibilidades (caixa mais aplicações financeiras de disponibilidade quase imediata) atingiu R\$ 183,3 milhões ao final de 2010, posição 21,1% ou R\$ 31,2 milhões superior quando comparada à registrada no final de 2009 (R\$ 151,4 milhões). A elevação do saldo de caixa deve-se principalmente à geração operacional do exercício, estimada por meio do Ebitda de R\$ 73,4 milhões. Com o crescimento do nível de atividade operacional e forte crescimento das vendas, foram registradas maiores movimentações de caixa no decorrer do exercício de 2010, o que fez com que o aumento do saldo de disponibilidades em 31/12/2010 fosse inferior ao crescimento do Ebitda do ano.

No Ativo, o destaque fica com o aumento de R\$ 25,1 milhões na conta de estoques acumulados, a partir da necessidade da Companhia de manter maior volume de itens disponíveis para atender à crescente demanda. Pelo mesmo motivo, maior volume de recursos foi destinado à compra de cotas de consórcio de caminhões, com a posição do item no ativo circulante passando de R\$ 2,9 milhões ao final de 2009 para R\$ 11,1 milhões no encerramento de 2010 (crescimento de R\$ 8,3 milhões). Ainda devido ao maior nível de atividade, quando comparados os saldos ao final dos exercícios de 2010 e 2009, foi registrado crescimento de R\$ 3,5 milhões na conta de impostos a recuperar e, com o aumento do rebanho no segmento agropecuário, evolução positiva de R\$ 3,2 milhões em ativos biológicos. Ao mesmo tempo, houve redução de R\$ 43,4 milhões nas contas a receber de clientes que, ao final de 2009, somava R\$ 99,6 milhões ante R\$ 56,2 milhões no encerramento de 2010. A variação se explica pelo fato de que, em 2009, só houve reativação das vendas no final do ano, levando ao crescimento do valor referente às vendas faturadas e ainda não recebidas na posição registrada em 31 de dezembro daquele ano.

No Passivo circulante, verifica-se aumento de R\$ 47,4 milhões em créditos de clientes, conta que passou de R\$ 6,1 milhões em 31/12/2009 para R\$ 53,6 milhões em 31/12/2010. Mais uma vez, a evolução deve-se ao crescimento das atividades operacionais e volume de vendas.

Contas a Receber: Conforme comentado acima, o item referente às contas a receber derivadas das vendas de produtos e serviços atingiu R\$ 56,2 milhões em 2010, com recuo de 43,6% ou de R\$ 43,4 milhões em relação à posição de encerramento do exercício anterior. A variação se explica pelo fato de que, em 2009, só houve reativação das vendas no final do ano, levando ao

crescimento do valor referente às vendas faturadas e ainda não recebidas na posição registrada em 31 de dezembro daquele ano.

Estoques: No encerramento de 2010, os estoques da WLM constituídos por caminhões e, principalmente, peças, somava R\$ 45,8 milhões, ante R\$ 20,7 milhões ao final de 2009, devido à necessidade da Companhia de manter maior volume de itens disponíveis para atender à crescente demanda. Na atividade agropecuária, o aumento do rebanho levou ao crescimento do estoque de ativos biológicos de R\$ 6,5 milhões para R\$ 9,6 milhões em 31/12/2010.

Impostos a Recuperar: Conforme já comentado, o crescimento do nível de atividade operacional e crescimento das vendas levou ao aumento de 90,6%, ou R\$ 3,5 milhões, na conta referente a impostos a recuperar entre o encerramento de 2010 e 2009.

Adiantamentos: Não existem adiantamentos concedidos no Ativo da Companhia.

Outras Contas a Receber: Com valores de pouca relevância, os Outros Ativos Circulantes apurados ao final de 2010 eram de R\$ 0,4 milhões, em linha com o valor de R\$ 0,5 milhão registrado no encerramento de 2009.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Contas a Receber por Venda de Ativos: Esta conta não possuía saldos ao final dos exercícios de 2009 e 2010.

Outras Contas a Receber (Ativo Realizável de Longo Prazo): Ao final dos exercícios de 2009 e 2010, a WLM registrava a mesma posição de R\$ 0,3 milhão referente a Contas a receber de partes relacionadas.

Ativo Permanente: Considerando o total dos investimentos, imobilizados e intangíveis registrados no Ativo não circulante, o que inclui propriedades para investimentos e ativos biológicos, o ativo permanente da WLM ao final de 2010 somava R\$ 253,5 milhões, ou 44,6% do Ativo Total da Companhia. O montante representa crescimento de 1,5% em relação aos R\$ 249,9 milhões registrados ao final do exercício de 2009, quando o Ativo Permanente participava com 46,6% do ativo Total da WLM.

O valor total imobilizado era de R\$ 244,3 milhões ao final de 2010, o que representa 96,4% do Ativo Permanente total, incluindo: (i) ativos imobilizados de R\$ 196,8 milhões; (ii) ativos biológicos (do segmento de agronegócio) de R\$ 15,5 milhões; e (iii) as propriedades para investimentos no valor de R\$ 32,0 milhões. Os saldos ao final do exercício de 2009 não eram muito diferentes, com o valor total imobilizado de R\$ 240,6 milhões, ou 96,2% do Ativo Permanente, representado por (i) ativos imobilizados de R\$ 196,4 milhões; (ii) ativos biológicos de R\$ 12,2 milhões; e (iii) propriedades para investimentos de R\$ 32,0 milhões.

Ao final de 2010, os bens intangíveis eram de R\$ 9,0 milhões, formados principalmente por Fundos de Comércio, ante R\$ 9,1 milhões ao final do exercício anterior.

Passivo Circulante

Fornecedores: A posição da conta Fornecedores apurada ao final de 2010 era de R\$ 31,8 milhões, indicando redução de 58,4% em relação ao saldo de R\$ 76,3 milhões apurado no encerramento do exercício anterior. Após um ano com reflexos da crise mundial afetando as vendas da Companhia em 2009, o final daquele ano mostrou reversão da situação com crescimento nas vendas concentrados nos últimos meses. Com isso, as encomendas foram maiores e concentradas nos últimos meses daquele ano, levando ao crescimento da conta na data de 31/12/2009. Em 2010, o nível geral de atividades da Companhia manteve-se fortemente positivo, permitindo melhor distribuir as encomendas aos fornecedores no decorrer do ano, sem a concentração registrada ao final de 2009.

Ao mesmo tempo, a conta referente a Créditos de clientes passou de R\$ 6,1 milhões ao final de 2009 para R\$ 53,6 milhões no encerramento de 2010, com aumento de quase 8 vezes, ou R\$ 47,4 milhões. A evolução evidencia o expressivo crescimento das atividades operacionais no decorrer do exercício de 2010.

Empréstimos e Financiamentos: O saldo da conta de Empréstimos e financiamentos ao final do exercício de 2010 era de zero, uma vez que o saldo da única dívida mantida pela Companhia, representada por um crédito rural contratado pela controlada Fatura Agropecuária S.A. em agosto de 2003 no Banco da Amazônia S.A., foi quitado em agosto de 2010, conforme cronograma estabelecido. Ao final de 2009, o saldo de empréstimos e financiamentos do Passivo Circulante era de R\$ 1,3 milhão, referente ao saldo desta dívida na data.

Salários e contribuições sociais: Ao final de 2009, a posição da conta passiva dos salários a pagar adicionados aos encargos sociais era de R\$ 3,9 milhões. Este saldo representa aumento de 33,8% em comparação ao observado em 31 de dezembro de 2009 e decorre da ampliação em 9,5% do quadro funcional. O maior número de funcionários foi motivado pela expansão dos negócios ao longo do ano. A Companhia contava com 861 funcionários no término de 2010 ante 786 no encerramento de 2009.

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio:

Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia provisionou, a título de dividendo mínimo obrigatório, o valor de R\$ 13,5 milhões (dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2009 eram de R\$ 6,3 milhões). Este valor deduzidos os dividendos antecipados de 12,3 milhões e somados ao R\$ 1,0 milhão referente aos dividendos a serem pagos relativos aos exercícios anteriores, atinge os R\$ 2,2 milhões indicados como os dividendos apontados no Passivo do Balanço Patrimonial final de 2010 a serem distribuídos durante 2011.

Outras Contas a Pagar:

Esta conta passiva é constituída, no Balanço Patrimonial, principalmente pela provisão de processos fiscais que a Cia responde perante a SHV GÁS Brasil participações Ltda., conforme anexo 9 do contrato de compra e venda de ações da Supergasbrás Distribuidora de Gás S.A. datado de 07/07/04.

Empresas	2010	2009
Metalúrgica Plus S.A.	144	111
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	326	535
Complementos de Alienação Supergasbrás	2.657	-
Outros	141	106
Total	3.268	752

Passivo Exigível a Longo Prazo

Impostos e Taxas: Ao final dos exercícios de 2010 e de 2009, a Companhia não possuía em seu passivo não circulante qualquer valor referente a parcelamento de impostos e contribuições. Todas as parcelas a pagar foram quitadas no decorrer do exercício de 2009, não tendo sido acumulados novos valores.

Empréstimos e Financiamentos: A Companhia não tem nenhuma obrigação financeira de longo prazo desde a posição de encerramento de 2009. No decorrer de 2010, não foram tomados novas dívidas.

Provisão para Contingências: Ao final de 2010, o valor provisionado era de R\$ 0,7 milhão, com redução de R\$ 10,8 milhões em relação ao saldo registrado em 31/12/2009 (R\$ 11,5 milhões). No encerramento do exercício de 2009, o valor provisionado era relativo ao passivo contingente da Supergasbras Distribuidora de Gás S.A., vendida pela WLM em 2004, sobre o qual a Companhia respondia solidariamente perante à SHV Gás Brasil Participações Ltda., com 50%. O saldo desta provisão foi revertido com base na opinião de consultores jurídicos, que consideraram possível a perda da causa.

Patrimônio Líquido

Capital Social: O Capital Social registrado ao final do exercício de 2010 era de R\$ 137,4 milhões, com aumento de R\$ 20,0 milhões em relação à posição do final de 2009. A alteração ocorreu em abril de 2010. No exercício de 2009, o Capital Social foi mantido constante em R\$ 117,4 milhões.

Reservas de Reavaliação: Consoante o artigo 4º da Instrução CVM 469, de 2 de maio de 2008, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei 11.638/07, em bens próprios de suas controladas. A realização da reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados. No exercício de 2010, foi realizado o montante de R\$ 0,9 mil. Conseqüentemente, a conta de Reservas de Reavaliação passou de R\$ 103,8 milhões em 2009 para R\$ 102,9 milhões ao final de 2010.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Dada a convergência para o IFRS, o saldo de R\$ 38,1 milhões representa os ajustes patrimoniais líquidos dos ativos do controlador e das controladas.

Reserva Legal: A Companhia constituiu a título de reserva de lucros o valor de R\$ 2.9 milhões (em 2009 esse valor foi de R\$ 1,3 milhão), conforme definido no artigo 193 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia.

Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos: Conforme determina o Estatuto Social da Companhia, nos artigos 36 e 37, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, às reservas de garantia para pagamento de dividendo e reserva de investimentos, até o limite do capital social. Neste exercício foi destinado o total de R\$ 40,6 milhões para as reservas mencionadas acima.

Análise do Desempenho 2009 x 2008 (considerando ambas as demonstrações financeiras apresentadas em BRGaap)

Receita Bruta: A receita bruta consolidada foi de R\$ 630,9 milhões em 2009, o que representou declínio de 12,3% em relação ao montante de 2008 (R\$ 719,1 milhões). A redução da receita operacional é explicada, principalmente, por: (i) queda de 10,1% no volume comercializado de caminhões, que representaram 65,6% da receita operacional bruta; (ii) diminuição de 36,7% na receita de prestação de serviços, correspondente a 4,9% do total; e (iii) decréscimo de 13,6% na receita média por caminhão vendido, relativamente aos valores de 2008, não compensada pela estabilidade (alta de 0,4%) na receita média por chassis de ônibus. A principal fonte de receita da Companhia - a revenda de caminhões Scania - é fortemente influenciada pelo nível de investimento observado na economia. No último trimestre de 2009, quando houve a forte retomada do nível de atividade na economia, o volume de caminhões vendidos mais que dobrou em relação ao trimestre anterior (aumento de 115%). As vendas do quarto trimestre corresponderam a 41% do indicador apurado em todo o ano de 2009.

Deduções da Receita Operacional Bruta: Os impostos indiretos e as outras deduções sobre vendas atingiram R\$ 64,5 milhões, o que representou diminuição de 12,4% em relação ao valor de 2008 (R\$ 73,6 milhões). Essa redução, conforme esperado, é proporcional à contração da receita bruta.

Receita Operacional Líquida: A receita operacional líquida apurada em 2009 foi de R\$ 566,4 milhões. Tal valor equivale a uma redução de 12,3% quando comparada à observada em 2008 (R\$ 645,5 milhões). O percentual de 12,3% de redução da receita líquida é o mesmo observado para a diminuição da receita operacional bruta. Os principais fatores responsáveis, conforme já citado, foram: (i) queda de 10,1% no volume comercializado de caminhões, que representaram 65,6% da receita operacional bruta; (ii) diminuição de 36,7% na receita de prestação de serviços, correspondente a 4,9% do total; e (iii) decréscimo de 13,6% na receita média por caminhão vendido.

Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados: O custo dos produtos vendidos (CPV) somou R\$ 475,4 milhões em 2009, um decréscimo de 8,0% em relação a 2008. A redução menos que proporcional do CPV (de 8%) em relação à receita líquida decorreu da queda de

13,6% da receita média por caminhão vendido e da maior dificuldade em diluir custos fixos, principalmente na área de serviços, em períodos de desaquecimento da atividade econômica.

Lucro Bruto: O lucro bruto atingiu R\$ 91,0 milhões, o que representou declínio de 29,2% quando comparado ao ano anterior. A margem bruta foi de 16,1%, 3,8 pontos percentuais (p.p.) abaixo da registrada em 2008. A redução de receita líquida (de 12,3%) mais que proporcional à diminuição do CPV (de 8,0%) levou à queda de 3,8 pontos percentuais na margem bruta em 2009, comparada à apurada em 2008. Os fatores já apontados para redução da receita somados a maior dificuldade para diluição de custos fixos foram os principais indutores da diminuição do lucro bruto.

Despesas Gerais e Administrativas: As despesas operacionais, incluindo depreciação e amortização, somaram R\$ 73,6 milhões no ano, o que representou queda de 7,2% com relação a 2008 (R\$ 79,3 milhões). As variações nas despesas operacionais foram influenciadas pelos itens de maior relevância na sua composição, tais como despesas com pessoal - incluindo benefícios - responsáveis por cerca de 70% das despesas operacionais, e serviços de terceiros, correspondentes a 6% do total anual. Dada a maior representatividade das despesas com pessoal, aliada aos esforços de contenção dos gastos com os demais itens, o total de despesas operacionais registrou recuo em 2009, que não foi maior devido aos gastos com rescisões trabalhistas ao longo do primeiro semestre.

Depreciação e Amortização: A depreciação do ativo imobilizado no exercício 2009 foi de R\$ 3,3 milhões contra R\$ 3,1 milhões em 2008. Destes valores, somente R\$ 1,6 milhões em 2009 e R\$ 1,5 milhões em 2008 afetaram diretamente o resultado dos exercícios. As diferenças de R\$ 1,7 milhões e R\$ 1,6 milhões, de 2008 e 2007, respectivamente, foram alocados ao custo de produção do segmento agropecuário.

Outras receitas (despesas) operacionais: Parte significativa do montante apurado (R\$ 5,7 milhões) foi proveniente da alienação da empresa Santana Rios Agropecuária S.A. pela controladora, em 24 de outubro de 2002. Estes valores foram corrigidos com base na variação da arroba do boi gordo na praça de São José do Rio Preto/Barretos (SP), e pela variação do CDI + 6% a.a. Em virtude de medida judicial, o valor total de R\$ 5,7 milhões está corrigido até 31 de outubro de 2006, sendo R\$ 4,8 milhões com base na variação da arroba do boi gordo e R\$ 876 mil pela variação do CDI. A liquidação do valor remanescente da alienação das ações da empresa Santana Rios Agropecuária S.A. foi concluída através de acordo configurado na escritura pública de transação e ratificação de hipoteca, datado de 07 de maio de 2009. A diferença entre o valor do acordo e o saldo do trimestre anterior está registrada como atualização na conta de receitas financeiras. Conforme a mencionada escritura, a liquidação foi realizada por transação através do recebimento de 7.471,54 hectares de terras localizadas no município de Santana do Araguaia (PA), sendo 4.413,37 hectares por adjudicação e 3.058,17□ hectares por meio de dação em pagamento, totalizando o montante de R\$ 11,5 milhões. Em 2008, o saldo dessas contas na Controladora e no Consolidado era de R\$ 5,7 milhões.

Receita Financeira Líquida: O resultado financeiro líquido positivo de R\$ 14,8 milhões em 2009 representou uma elevação de 40,9% ante R\$ 10,5 milhões apurados em 2008. O resultado demonstra a criteriosa gestão financeira, que permitiu um crescimento das receitas financeiras superior ao das despesas financeiras, que apresentaram evoluções de 32,8% e 21,9%, respectivamente. Conforme mencionado no item anterior (Outras receitas operacionais), o acordo relativo a venda das ações da empresa Santana Rios Agropecuária S.A. impactou favoravelmente as receitas financeiras do exercício em R\$ 5,9 milhões pela atualização dos valores envolvidos no referido processo, o que também contribuiu para o bom resultado anual.

Imposto de renda e contribuição social: O valor apurado de imposto de renda sobre o lucro líquido relativo ao exercício de 2009 foi de R\$ 9,3 milhões. Tal valor corresponde à diminuição de 69% sobre o de 2008 (R\$ 30,1 milhões). Já o montante destinado à contribuição social sobre o lucro líquido de 2009 foi de R\$ 3,6 milhões, o que representou uma queda de 63% em relação a 2008 (R\$ 9,7 milhões).

Lucro Líquido: Como resultado dos fatores expostos anteriormente, que levaram a diminuição das receitas menos que proporcionalmente às reduções observadas em custos e despesas, o lucro líquido da Companhia atingiu R\$ 25,7 milhões. Este resultado é 70% inferior ao obtido em 2008 (R\$ 85,4 milhões).

Ebitda: O Ebitda, indicador do desempenho operacional e medida da geração de caixa no período, foi de R\$ 25,4 milhões durante o exercício de 2009. Comparado ao exercício de 2008, quando a Companhia obteve Ebitda de R\$ 116,2 milhões, o valor apurado em 2009 representa uma redução de 78,1%. Os fatores que contribuíram para o desempenho menos favorável foram basicamente ligados à conjuntura econômica mais adversa e já citados anteriormente: (i) queda de 10,1% no volume comercializado de caminhões, que representaram 65,6% da receita operacional bruta; (ii) diminuição de 36,7% na receita de prestação de serviços, correspondente a 4,9% do total; (iii) decréscimo de 13,6% na receita média por caminhão vendido, relativamente aos valores de 2008; e (iv) maior dificuldade em diluir custos fixos, principalmente na área de serviços, durante períodos de atividade econômica menos aquecida.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008

Disponibilidades: A posição das disponibilidades (caixa mais aplicações financeiras de disponibilidade quase imediata) atingiu R\$ 151,4 milhões ao final de 2009. Esta posição é 11,3% inferior quando comparada a do final de 2008 (R\$ 170,8 milhões). A geração operacional de caixa do exercício, estimada por meio do Ebitda, foi R\$ 25,4 milhões. Os principais determinantes deste consumo de caixa (redução de R\$ 19,4 milhões) foram: (i) aumento das operações da Companhia a partir do segundo semestre do ano, que pode ser constatado pelas elevações das contas a receber - ou seja, das vendas faturadas e ainda não recebidas (aumento de R\$ 63,6 milhões em relação à posição observada ao final de 2008) - e dos estoques (crescimento de R\$ 1,5 milhão ante 2008). Por outro lado, e também implicando em crescimento das operações, a conta Fornecedores apresentou alta de R\$ 52,4 milhões comparativamente ao final de 2008. A somatória dos efeitos dessas contas patrimoniais (Clientes, Estoques e Fornecedores), que demonstram o maior nível de atividades observado no final do ano, implicou em um consumo de caixa de R\$ 12,7 milhões. A continuidade do período de crescimento econômico deverá recompor ou mesmo elevar o volume das disponibilidades (caixa mais aplicações financeiras) da Companhia nos próximos meses.

Contas a Receber: As contas a receber derivadas das vendas de produtos e serviços eram de R\$ 99,6 milhões ao final de 2009. Essa posição, crescimento de 177% sobre a apurada ao final de 2008 (R\$ 36,0 milhões), evidencia a forte recuperação de vendas observada no último trimestre de 2009, além de reforçar as expectativas de um bom desempenho da Companhia durante o primeiro semestre de 2010.

Estoques: A posição consolidada de estoques da Companhia era de R\$ 26,1 milhões ao final de 2009, representando um incremento de 6,3% sobre àquela apurada em dezembro de 2008 (R\$ 24,6 milhões). Caminhões e, principalmente, peças, corresponderam a 74% do total da conta (R\$ 19,3 milhões). Os estoques correspondentes ao segmento agropecuário somavam R\$ 6,8 milhões (principalmente rebanhos), valor equivalente a 26% do total consolidado dessa conta.

Impostos a Recuperar: A soma dos impostos a recuperar e dos créditos tributários atingiu R\$ 3,8 milhões, o que representou acréscimo de 44% sobre a posição final desta conta em 2008. Este acréscimo também reflete o maior nível de atividade da Companhia no último trimestre de 2009, comparado ao mesmo período de 2008. Imposto de Renda e ICMS a serem recuperados somavam mais de 70% dos totais destes créditos nos dois períodos analisados (2009 e 2008).

Adiantamentos: Não existem adiantamentos concedidos no Ativo da Companhia.

Outras Contas a Receber: Outros Ativos Circulantes apurados ao final de 2009 eram de R\$ 3,3 milhões, praticamente equivalentes aos do final de 2008 (leve redução de 1% no montante destes ativos).

Ativo Realizável a Longo Prazo

Contas a Receber por Venda de Ativos: Como já comentado, a liquidação do valor remanescente da alienação das ações da empresa Santana Rios Agropecuária S.A. foi concluída por meio de acordo configurado na escritura pública de 7 de maio de 2009. A diferença entre o valor do acordo e o saldo do trimestre anterior está registrada como

atualização na conta de receitas financeiras. Conforme a mencionada escritura, a liquidação foi realizada por intermédio do recebimento de 7.471,54 hectares de terras totalizando o montante de R\$ 11,5 milhões. Em 2008, o saldo dessas contas na Controladora e no Consolidado era de R\$ 5,7 milhões. Conforme pode ser observado, esta conta não possui saldo no Balanço Patrimonial de 2009, sendo que R\$ 5,8 milhões foram alocados como Receitas Financeiras.

Outras Contas a Receber (Ativo Realizável de Longo Prazo): Esta conta não possuía saldos ao final dos exercícios de 2008 e 2009.

Ativo Permanente: O Ativo Permanente Líquido alcançou, ao final de 2009, o valor de R\$ 192,9 milhões e representava 40% do Ativo Total da Companhia. Este valor é 1,8% superior ao total do Ativo Permanente apurado ao final de 2008 (R\$ 189,6 milhões). Os bens intangíveis eram de R\$ 9,1 milhões (cerca de 5% do total do Ativo Permanente Líquido), dos quais R\$ 8,9 milhões correspondiam aos Fundos de Comércio. O Imobilizado Tangível Líquido era de R\$ 182,8 milhões. Entre os itens do Imobilizado Tangível Líquido os principais, ao final de 2009, eram: (i) terrenos, equivalentes a R\$ 122,8 milhões ou 64% do total do Ativo Permanente; (ii) edifícios e instalações, que somavam R\$ 28,9 milhões ou 15% do total do Ativo Imobilizado. (iii) Rebanhos e Pastagens, componentes do segmento agropecuário, que conjuntamente atingiam R\$ 23,4 milhões e representavam 12% do Ativo Permanente total da Companhia.

Passivo Circulante

Fornecedores: A posição da conta Fornecedores apurada ao final de 2009 era de R\$ 76,3 milhões, equivalente a um aumento de 220% sobre a posição em dezembro de 2008. Tal crescimento evidencia o cenário econômico mais favorável ao final de 2009 quando comparado ao do último trimestre do ano anterior e, conseqüentemente, refletiu um volume expressivamente maior de encomendas aos fornecedores (no caso, principalmente à Scania). A análise desta conta também sugere um início de 2010 com nível geral de atividades bem superior ao observado no mesmo período de 2009.

Empréstimos e Financiamentos: O saldo apurado desta conta ao final de 2009 era de R\$ 1,3 milhão. Este valor representa o saldo adicionado à correção e aos juros do valor apontado como exigível de longo prazo de R\$ 1,2 milhão ao final de 2008. Ao término de 2010, a dívida estará liquidada e, caso não aconteçam novas tomadas de empréstimos, a Companhia não terá nenhum outro financiamento a ser saldado. O pagamento no exercício de 2010 corresponde à última parcela do empréstimo de crédito rural contratado pela controlada Fartura Agropecuária S.A., em agosto de 2003. O empréstimo foi tomado junto ao Banco da Amazônia S.A., com taxa de juros pré-fixada de 8,5% ao ano, amortização anual e vencimento em 10 de agosto de 2010. A Companhia cedeu como garantia a fazenda São João, localizada no município de Santana do Araguaia (PA).

Salários e contribuições sociais: Ao final de 2009, a posição da conta passiva dos salários a pagar adicionados aos encargos sociais era de R\$ 2,9 milhões. Este saldo representa redução de 12% em comparação ao observado em dezembro de 2008. A redução está relacionada ao esforço da Companhia em adaptar-se ao cenário de menores vendas como reflexo da crise, o que levou a Companhia a reduzir seu quadro de funcionários.

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio: Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia provisionou, a título de dividendo mínimo obrigatório, o valor de R\$ 6,3 milhões (dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2008 eram de R\$ 20,5 milhões). Este valor, somado aos R\$ 591 mil referentes aos dividendos a serem pagos relativos aos exercícios anteriores, atinge os R\$ 6,9 milhões indicados como os dividendos apontados no Passivo do Balanço Patrimonial final de 2009 a serem distribuídos durante 2010.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Impostos e Taxas: Conforme já comentado no item Impostos e Taxas a Pagar (incluído no Passivo Circulante) ao final de 2008 a WLM apresentava uma posição de R\$ 5,8 milhões de Impostos a Pagar em seu Exigível de Longo Prazo. Todas as parcelas desses impostos a pagar foram quitadas no exercício de 2009.

Empréstimos e Financiamentos: A Companhia atualmente não tem nenhuma obrigação financeira de longo prazo (vencimento com prazo superior a um ano).

Provisão para Contingências: A Companhia responde solidariamente perante a SHV Gás Brasil Participações Ltda., com 50% do passivo contingente da Supergasbras Distribuidora de Gás S.A. O saldo desta provisão foi constituído com base na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram provável a perda da causa. O valor provisionado é de R\$ 11,5 milhões.

Patrimônio Líquido

Capital Social: A última alteração do Capital Social, conforme explicado na análise do Balanço Patrimonial do encerramento do exercício de 2008, ocorreu em outubro do referido ano. No exercício de 2009 o Capital Social foi mantido constante em R\$ 117,4 milhões.

Reservas de Reavaliação: Consoante o artigo 4º da Instrução CVM 469, de 02 de maio de 2008, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei 11.638/07, em bens próprios de suas controladas. A realização da reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados. No exercício de 2009, foi realizado o montante de R\$ 924 mil. Consequentemente, a conta de Reservas de Reavaliação reduziu-se de R\$ 107,4 milhões em 2008 para R\$ 103,8 milhões em 2009.

Reservas Legal: A Companhia constituiu a título de reserva legal o valor de R\$ 1,3 milhão (em 2008 esse valor foi de R\$ 4,3 milhões), conforme definido no artigo 193 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia.

Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos: Conforme determina o Estatuto Social da Companhia, nos artigos 36 e 37, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, às reservas de garantia para pagamento de dividendo e reserva de investimentos, até o limite do capital social. Em 2009 foi destinado o total de R\$ 19,0 milhões para as reservas mencionadas acima.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A totalidade de nossa receita bruta de vendas é denominada em reais e provém da venda dos produtos que comercializamos e dos serviços que prestamos, ambos exclusivamente no território nacional. Nos exercícios de 2008, 2009 e 2010, pouco mais de 99% de nossa receita operacional líquida foi proveniente do segmento automotivo, sendo o menos de 1% restante resultado do segmento de agropecuária.

É com muita satisfação que verificamos como o vigor de nossas operações levou a WLM a consolidar sua liderança nacional na comercialização de veículos pesados Scania. O dinamismo da atividade econômica interna associado à isenção do IPI para veículos pesados novos e à oferta de financiamento mais acessível das linhas do BNDES proporcionaram condições favoráveis à renovação da frota de caminhões. Tendo esse cenário como pano de fundo, comercializamos em 2010 a maior quantidade de caminhões de toda nossa história: 2.924 unidades, com aumento de 97,6% em relação aos 1.480 vendidos no ano anterior. Foram também comercializados, em 2010, 371 ônibus novos, ante 347 em 2009. O maior número de ônibus vendidos em 2009, apesar da situação econômica geral do País mais desafiadora naquele ano, deve-se à concretização de negócios de grande porte no último trimestre – renovação parcial de frota - que vinham sendo trabalhados por nossa área comercial.

Em 2009, a WLM mantinha sua liderança nacional na comercialização de veículos – tanto caminhões como ônibus – e de peças genuínas da marca Scania. As vendas anuais totalizaram 1.827 veículos, 3,4% abaixo do volume de 2008. O declínio no volume comercializado não foi tão expressivo ao ser considerado a elevada base de comparação: 2008 foi considerado excepcionalmente positivo para o setor, apesar do último trimestre já sentindo

os efeitos da crise financeira mundial. As vendas de 2009, de 1.480 caminhões e 347 ônibus, representaram, em unidades, redução de 10,1% na comercialização de caminhões (1.647 em 2008) e crescimento de 41,6% no número de ônibus vendidos (245 em 2008).

Composição da receita bruta					
R\$/Mil	2010	2009	VAR. %	2008	VAR. %
(1) Comércio de Veículos, Peças e Lubrificantes	1.056.437	594.708	77,6%	665.478	(10,6 %)
(2) Prestação de Serviços de Manutenção	35.094	30.856	13,7%	48.763	(36,7%)
(3) Total Segmento Automotivo (1) + (2)	1.091.531	625.564	74,5%	714.241	(12,4%)
(4) Segmento Agropecuário	7.006	5.324	31,6%	4.867	(9,4%)
Total (3) + (4)	1.098.537	630.888	74,1%	719.108	(12,3%)

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A demanda dos produtos que comercializamos recebe forte influência do ambiente econômico e das expectativas do empresariado. O setor de transporte de cargas e, conseqüentemente, a produção e comercialização de caminhões, são diretamente influenciados pelo desempenho dos setores industrial, extrativo mineral e agronegócio, além da forte correlação com o ciclo econômico. A expansão dos diversos setores produtivos da economia brasileira leva ao aumento da procura por caminhões pesados, com maior capacidade de transporte de carga e, conseqüentemente, menor custo operacional em relação aos caminhões leves e médios. Essa tendência é amplificada no caso brasileiro, uma vez que o principal modal de transporte do País é o rodoviário. Nos períodos de desaquecimento da economia, ocorre o movimento inverso.

Em 2010, a economia brasileira apresentou forte expansão do nível de atividade, especialmente durante os primeiros seis meses do ano. Na comparação entre o primeiro semestre de 2010 com o mesmo período de 2009, o crescimento do PIB alcançou 8,8%. De acordo com o IBGE, o PIB registrou alta de 7,5% em relação a 2009 - maior evolução desde 1986. Durante o ano, o dinamismo da demanda interna - embasada por mercado de trabalho aquecido, aumento do rendimento médio e oferta de crédito em condições favoráveis - impulsionou a economia doméstica. O cenário positivo permitiu recordes de vendas anuais e crescimento de 10,3% dos setores comércio e serviços em geral, segundo o Serasa Experian.

As vendas de veículos pesados em 2010, que mantém forte correlação com o nível geral de atividade, refletiram o ritmo ainda aquecido da economia brasileira, principalmente em setores como agronegócios, mineração, construção civil e obras de infraestrutura.

Os indicadores apresentados nas tabelas a seguir demonstram consistente recuperação tanto da produção como da demanda por caminhões e ônibus no ano, resultantes da maior oferta de frete e de cargas transportadas somada à crescente movimentação de passageiros. Além do expressivo crescimento anual, houve a superação dos patamares do ano de 2008 – período no qual os negócios da indústria automotiva e do segmento de veículos pesados foram recordes.

Vendas internas no atacado nacionais e importados (em unidades)	2007	2008	2009	2010	Var. % 2010 X 2009
Caminhões (total geral)	100.812	126.777	114.286	171.040	49,7%
Caminhões pesados (todas as categorias)	29.214	39.488	31.604	54.280	71,8%
Caminhões pesados (total marca Scania)	6.502	8.008	8.324	15.408	85,1%
Ônibus (total geral)	24.295	27.948	23.877	31.154	30,5%
Ônibus (total marca Scania)	1.019	821	770	903	17,3%

Fonte: Anfavea

Também contribuíram para o bom desempenho do segmento: (i) oferta de crédito a taxas subsidiadas, principalmente por intermédio da linha Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES; (ii) isenção do IPI para caminhões durante todo o ano de 2010; (iii) liberação de recursos para a segunda fase do PAC, em junho de 2010, preparação para copa mundial em 2014 e olimpíadas em 2016 que ampliaram obras de infraestrutura, intensificando a demanda por caminhões pesados – tanto a atual como a potencial.

No ano, o desempenho do segmento de ônibus também foi positivamente influenciado pela oferta das linhas de crédito Finame-BNDES; investimentos do PAC na infraestrutura viária; crescimento do turismo rodoviário e prorrogação até 2011 para instituição do decreto das concessões das linhas federais e internacionais, o que criou condições para um planejamento mais detalhado e abrangente de renovação das frotas por parte dos empresários, que seguiam represando investimentos devido à indefinição.

Ao longo de 2009, o desempenho do segmento de veículos pesados refletiu os movimentos observados no cenário econômico brasileiro e foi marcada por dois momentos distintos. Durante o primeiro semestre, o declínio da produção industrial e o recuo significativo das exportações levaram a maior incerteza quanto à movimentação de cargas, o que causou retração nos negócios do setor e impactos negativos na demanda por caminhões de todas as categorias. No final do 1º semestre, o governo lançou uma série de medidas para estimular o nível de atividade econômica, entre elas várias que contribuíram para a redução dos custos de financiamento de veículos pesados. Atualmente, no Brasil cerca de 95% do caminhões são financiados de alguma forma. As medidas de estímulo começaram a surtir efeitos positivos a partir do segundo semestre e intensificaram os benefícios de uma conjuntura econômica mais favorável sobre a demanda de veículos pesados. O reaquecimento da atividade econômica em geral, e principalmente nos setores industriais e do agronegócio, reduziu o grau de incerteza em relação à oferta de frete e ao transporte de cargas e passageiros.

O ano de 2008 também teve dois períodos distintos, mas em condição oposta ao que ocorreu em 2009. Nos nove primeiros meses, o ambiente econômico era positivo no País, com crescimento do nível de atividade econômica. Já no final de 2008, tivemos o início da crise financeira internacional originada no sistema financeiro norte-americano. Os principais impactos da crise sobre a economia brasileira foram a contração da produção industrial e a deterioração das expectativas em relação à manutenção do ritmo de crescimento da atividade econômica. Essa mudança nas expectativas provocou, principalmente a partir de outubro daquele ano, restrição de liquidez e menor oferta de crédito acompanhada da elevação do custo de capital de terceiros, desvalorização cambial, retração do nível de investimentos, além de queda da cotação das ações na BM&FBovespa. O desempenho do setor de caminhões teve desempenho bastante positivo, apesar da reversão da situação e perspectivas econômicas observada ao final do exercício.

Como pode ser observado nos comentários feitos no item (i) acima, nos três últimos exercícios, o resultado de nossas operações foi influenciado por fatores exógenos como o nível de atividade da economia brasileira, a disponibilidade de crédito e desonerações tributárias, como a isenção do IPI para caminhões novos.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é impactada basicamente por alterações no volume de vendas, modificações de preços e, em menor escala, pela introdução de novos modelos Scania de caminhões e ônibus em nosso portfólio. Nos três últimos exercícios sociais não foram verificadas variações expressivas em preços e tampouco ocorreram lançamentos ou introduções de novos produtos no portfólio da Companhia que trouxessem impacto significativo em nossas receitas. Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2008, 2009 e 2010 são explicados em decorrência de alterações em volumes de vendas da Companhia.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Inflação: Nosso desempenho financeiro pode ser afetado por variações na taxa de inflação, uma vez que parcela dos nossos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e pode sofrer os efeitos de oscilações na inflação. Nossa receita bruta de vendas também pode ser afetada pela inflação, já que, de modo geral, buscamos repassar parte dos aumentos nos custos para nossos clientes por meio de aumentos de preços. Não podemos prever, no entanto, se seremos capazes de repassar integralmente eventuais aumento dos custos para nossos clientes no futuro.

Câmbio: A Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira, realizando a totalidade de suas atividades em território nacional. Adicionalmente, nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira.

Taxa de juros: No encerramento do exercício de 2010, não tínhamos qualquer dívida na WLM. Também nos dois últimos exercícios, 2009 e 2008, não tínhamos taxas indexadoras presentes em nosso endividamento. Tampouco nosso "Contas a receber" é afetado por indexadores, já que o prazo médio de recebimento é de 28 dias.

Os efeitos de variações nas taxas de juros influenciam, principalmente, o acesso ao crédito e as condições de financiamento obtidas por nossos clientes com instituições financeiras e o BNDES. Portanto, a Companhia sofre um impacto indireto de eventuais flutuações nas taxas de juros. O impacto será benéfico sempre que as taxas estiverem mais baixas e o crédito mais abundante. Inversamente, será negativo quando houver escassez de crédito e taxa mais elevadas.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Ao longo de 2008, 2009 e 2010, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve aquisição ou alienação de participação societária nos três últimos exercícios.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operação não usuais praticadas pela Companhia.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

A harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil aos padrões internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) resultou em modificações de práticas contábeis utilizadas para a elaboração das Demonstrações Contábeis da Companhia parcialmente em 2009. Em 2010, como as Demonstrações Financeiras são apresentadas em IFRS, quando comparadas com as Demonstrações Financeiras de 2009, também em IFRS, não houve impacto.

Balço Patrimonial

Não houve alteração

Demonstração de resultados

Não houve impacto na Demonstração de Resultados da Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As mudanças nas Práticas Contábeis adotadas no Brasil, conforme alterações na Lei das Sociedades por Ações, não causaram impacto no patrimônio da Companhia.

As alterações foram na contabilização de receitas, nas transferências de contas do ativo imobilizado para ativos biológicos, e a atualização destes ao valor justo, e transferência de bens (terras), que foram para propriedades para investimento.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no parecer do auditor.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração de demonstrações financeiras foi realizada seguindo as normas contábeis internacionais – IFRS, de acordo com a lei 11.638/07 e pronunciamentos do CPC.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, provisão para perda de estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Demonstrações financeiras consolidadas

Contas a receber de clientes - são registradas pelo valor faturado e, quando cabível, ajustado ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A quase totalidade do Contas a receber da Companhia tem prazo médio em torno de 30 dias.

Estoques – No segmento automotivo, a Companhia não mantém estoque relevante dos produtos que comercializa, como caminhões e ônibus. Apenas peças de reposição são estocadas e estas são avaliadas com base no custo médio de aquisição de mercadorias para revenda, deduzido de provisão para perda, que não excede o valor de mercado - para itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade – ou de realização. No segmento agropecuário estão representados no estoque, ao preço de custo ou produção, ajustados ao valor de

mercado, o rebanho bovino em formação, os animais com idade até 36 meses, os destinados à venda, a safra em produção, e o café em grão.

Investimentos - Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com a Instrução CVM nº247/96. Os demais investimentos, basicamente compostos por incentivos fiscais, estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos.

Ativos intangíveis

São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. A amortização é calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil. Os ativos intangíveis mais relevantes estão relacionados a seguir, e para aqueles com vida útil definida estão indicadas as taxas anuais de amortização:

- Direito de uso de software – 10%
- Marcas e patentes
- Fundo de comércio – R\$ 8.920 milhões (de acordo com a nota 20)

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- a) das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- b) dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- c) dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os pareceres de nossos auditores independentes que respaldam nossas demonstrações financeiras dos exercícios de 2008, 2009 e 2010 não fazem qualquer ressalva ou apontam qualquer deficiência relevante sobre a aplicabilidade de nossos controles internos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os pareceres de nossos auditores independentes que respaldam nossas demonstrações financeiras dos exercícios de 2008, 2009 e 2010 não fazem qualquer ressalva ou apontam qualquer deficiência relevante sobre a aplicabilidade de nossos controles internos.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Não realizamos oferta pública de distribuição de qualquer tipo de valores mobiliários no decorrer dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Nossas demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes de nossas operações, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável.

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Nossas demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes de nossas operações, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

As atividades operacionais da WLM não demandam investimentos regulares. Os investimentos são geralmente orientados em virtude das necessidades de crescimento da Companhia em cada região que atua e também voltados ao desenvolvimento de Tecnologia de Informação (TI), como suporte a suas atividades operacionais. Atualmente, não temos investimentos relevantes em andamento e tampouco previstos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para realização de seus investimentos nos três últimos exercícios sociais, a WLM utilizou recursos próprios oriundos da geração operacional de caixa. Ressaltamos que a Companhia conta com caixa líquido e seu endividamento total, considerando curto e longo prazos, era inexistente em 31 de dezembro de 2010.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica. Não houve.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável. Não houve.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável. Não houve.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável. Não há.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável. Não houve.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável. Não houve outros fatores.

12. Assembléia geral e administração

12.1 Descrição da estrutura administrativa, conforme estabelecida no estatuto social e regimento interno, identificando:

A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, conforme estabelecido em seu Estatuto Social. O Conselho de Administração será composto de três a seis membros, pessoas naturais, acionistas, residentes no país, entre eles um Presidente e até três Vice-Presidentes, eleitos pela Assembleia Geral. A Companhia também terá uma Diretoria composta de dois a seis membros, dentre os quais um Diretor-Presidente, dois com o título de Vice-Presidente e os demais Diretores sem designação especial, nomeados pelo Conselho de Administração. A um dos membros da Diretoria será atribuída, pelo Conselho de Administração, a função de Diretor de Relações com Investidores (DRI), nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

(a) Atribuição de cada órgão e comitê

Não faz parte da política atual de administração da Companhia o estabelecimento de órgãos e comitês.

(b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Atualmente a Companhia não conta com Conselho Fiscal e comitês estabelecidos, conforme previsto em seu Estatuto Social. Conforme os artigos 32 e 33 de seu Estatuto Social: “o Conselho Fiscal, que terá as atribuições que a lei lhe confere, será composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, todos residentes no País, eleitos pela assembleia geral, que lhes fixará a remuneração”. Também conforme o Estatuto Social: “o Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente e somente se instalará nos casos e na forma prevista em lei”.

(c) Mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Conforme já descrito, atualmente a Companhia não conta com órgãos ou comitês estabelecidos. Conseqüentemente, não existem mecanismos de avaliação dos mesmos.

(d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

São atribuições dos diretores, conforme estabelecido no Estatuto Social da WLM: (1) praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia; (2) determinar as atribuições específicas de cada um de seus membros sem prejuízo das atribuições privativas estabelecidas no Estatuto; (3) deliberar sobre a escolha, remoção, demissão de executivos, gerentes e outros empregados de alto nível, assim como a fixação de suas atribuições, funções e ordenados; (4) deliberar sobre operações financeiras relativas à obtenção ou concessão de empréstimos pela Companhia; (5) deliberar sobre a constituição de obrigações em nome da Companhia exclusivamente em favor de empresas coligadas ou subsidiárias, por aval, fiança ou garantia de qualquer natureza; e, (6) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social, bem como pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais, pelo Conselho de Administração e por ela própria.

(e) Mecanismos de avaliação de membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

Cabe ao Conselho de Administração eleger e destituir os Diretores da Companhia, e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser seu Estatuto Social. São algumas das atribuições do Conselho de Administração a fiscalização da gestão dos diretores, além do exame, a qualquer tempo, dos livros e de outros papéis da Companhia. O Conselho pode

também solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos. Além disso, o Conselho deve manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria.

Conforme já citado, a WLM não conta com comitês estabelecidos.

12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

(a) Prazos de convocação

As convocações das assembleias gerais dos acionistas far-se-ão pelo Conselho de Administração, através do seu Presidente, mediante anúncios publicados na imprensa na forma da lei. As convocações, sempre por iniciativa do Conselheiro Presidente, poderá ser por intermédio de carta, telegrama ou telefax, com indicação de local, data e horário da reunião, bem como resumo da ordem do dia. A convocação será feita com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência. Por ocasião da convocação de Assembleia Geral, a Companhia enviará às Bolsas de Valores em que se encontre registrada a cópia do edital de convocação e da proposta a ser apresentada à Assembleia, com a antecedência prevista para a sua convocação.

(b) Competências - Compete ao Conselho de Administração:

- 1) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- 2) Eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições.
- 3) Fiscalizar a gestão dos Diretores, e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
- 4) Convocar a Assembléia Geral quando julgar conveniente, ou em cumprimento às determinações legais;
- 5) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- 6) Manifestar-se, previamente, sobre os atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir;
- 7) Deliberar e autorizar a emissão e colocação de ações ou de outros valores mobiliários;
- 8) Deliberar e autorizar a Companhia a adquirir ações de sua própria emissão, desde que até o valor do saldo de lucros e reservas, exceto aquelas cuja utilização é vedada para essa finalidade, para permanência em tesouraria, posterior alienação ou cancelamento, observadas as prescrições legais;
- 9) Deliberar sobre abertura e extinção de filiais, agências, escritórios e outras dependências da Companhia, destacando-se parte do capital social para as suas atividades;
- 10) Decidir sobre alienações, promessa de venda e oneração, a qualquer título, dos bens do ativo permanente, inclusive de imóveis;
- 11) Deliberar sobre a participação da Companhia em outras empresas, como acionista ou quotista;
- 12) Escolher e destituir os auditores independentes;
- 13) Fixar o voto a ser proferido pela Companhia nas Assembleias Gerais ou reuniões de quotistas de empresas controladas ou coligadas;
- 14) Definir as políticas relativas à concessão e obtenção de empréstimos pela Companhia, estabelecendo limites de alçada, parâmetros e sistemática de controle para a operação das mesmas;

- 15) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- 16) Fixar a política de distribuição de dividendos e de pagamento de juros a título de remuneração sobre o capital próprio, observadas as prescrições legais;
- 17) Designar um dos membros da diretoria para o exercício da função de diretor de relações com investidores;
- 18) Autorizar a contratação de instituição financeira administradora de ações escriturais; e
- 19) Incentivar o uso dos procedimentos de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, nas divergências entre os acionistas e a Companhia, ou entre acionistas controladores e os acionistas minoritários, que envolvem a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no Estatuto Social da WLM e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários e nas demais prescrições legais aplicáveis ao mercado.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.

Os documentos estarão disponíveis no sítio da Internet: www.wlm.com.br

(f) Solicitação de procurações pela administração para exercício do direito de voto

Nas assembleias gerais, cada acionista poderá comparecer e participar, deliberando e votando pessoalmente, ou por intermédio de um procurador.

(g) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas

O procurador deverá estar constituído há menos de um ano, devendo ser acionista, administrador da Companhia ou advogado ou, ainda, quando atuar nos interesses de instituição financeira, deve possuir presentes os requisitos legais.

12.3 Em forma de tabela, informar as datas e jornais de publicação:

(a) Do aviso aos acionistas comunicando a disponibilização das Demonstrações Financeiras

Exercício	Datas	Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro	Valor Econômico	Jornal do Commercio
2010	28/03/2011	30, 31 e 01/04/11	30, 31 e 01/04/11	-
2009	23/3/2010	23, 24 e 25/03/10	23, 24 e 25/03/10	-
2008	13/3/2009	16, 17 e 18/03/09	-	16, 17 e 18/03/09

(b) Da convocação da Assembleia Geral Ordinária que apreciou as demonstrações

Exercício	Datas	Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro	Valor Econômico	Jornal do Commercio
2010	12/4/2011	13, 14 e 15/04/11	13, 14 e 15/04/11	-
2009	12/04/2010	14, 15 e 16/04/10	14, 15 e 16/04/10	-
2008	13/4/2009	14, 15 e 16/04/09	-	14, 15 e 16/04/09

(c) Da ata da Assembleia Geral ordinária que apreciou as Demonstrações Financeiras

Exercício	Datas	Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro	Valor Econômico	Jornal do Commercio
2009	30/04/2010	26/05/10	26/05/10	-
2008	30/04/2009	21/05/09	-	21/05/09

(d) das demonstrações financeiras dos três últimos exercícios

Exercício	Datas	Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro	Valor Econômico	Jornal do Commercio
2009	16/3/2010	19/04/10	19/04/10	-
2008	11/03/2009	16/04/09	-	15/04/09

12.4 Descrição de regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração, indicando:

(a) frequência das reuniões

A assembleia geral ordinária dos acionistas será realizada dentro dos quatro primeiros meses que se seguirem ao término do exercício social da Companhia. Ou seja, haverá no mínimo uma assembleia geral onde os acionistas deliberarão sobre as contas dos administradores; examinarão, discutirão e votarão as demonstrações financeiras; deliberarão sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e elegerão os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando for o caso.

O Conselho de Administração também reunir-se-á quando necessário, sempre por convocação do Conselheiro Presidente.

12.5 Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas, e entre estes e o emissor, por meio de arbitragem.

Conforme o item "t", inserido no capítulo 5, artigo 20 do Estatuto Social da WLM: deve-se recorrer prática de incentivar o uso dos procedimentos de arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, nas divergências entre os acionistas e a Companhia, ou entre acionistas controladores e os acionistas minoritários, que envolvem a aplicação das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social e nas normas editadas pela CVM e nas demais prescrições legais aplicáveis ao mercado.

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Não se aplica. A Companhia não conta atualmente com Conselho Fiscal estabelecido.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO									
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data		Prazo do mandato	Outros cargos exercidos	Eleito pelo Controlador
					Eleição	Posse			
Maria de Lourdes Teixeira de Moraes	84 anos	Professora	267.362.687-53	Presidente do Conselho de Administração	29/04/2011	02/05/2011	1 ano	Não exerce	Sim
Wilson Lemos de Moraes Junior	63 anos	Engenheiro agrônomo	096.779.256-87	Vice-Presidente do Conselho de Administração	29/04/2011	02/05/2011	1 ano	Diretor Presidente	Sim
Maria Isbela Lemos de Moraes	58 anos	Empresária	624.466.307-15	Vice-Presidente do Conselho de Administração	29/04/2011	02/05/2011	1 ano	Não exerce	Sim

DIRETORIA									
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data		Prazo do mandato	Outros cargos exercidos	Eleito pelo Controlador
					Eleição	Posse			
Wilson Lemos de Moraes Junior	63 anos	Engenheiro agrônomo	096.779.256-87	Diretor Presidente	02/05/2011	02/05/2011	1 ano	Vice-Presidente do Conselho de Adm.	Sim
Luiz Fernando Leal Tegon	63 anos	Administrador	293.402.848-87	Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores	02/05/2011	02/05/2011	1 ano	Não exerce	Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica, uma vez que não contamos em nossa estrutura com comitês, sejam eles estatutários ou não. Nossa Administração atua muito próxima no dia a dia dos negócios de forma que, até o momento, não houve necessidade de constituição de comitês, mesmo que informais.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. Currículo, contendo as seguintes informações:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria de Lourdes Teixeira de Moraes – Presidente do Conselho de Administração da WLM desde 01 de setembro de 1981. Ocupou o cargo de Presidente da Superdata S.A. Processamento de Dados, de 1974 a 1985. Não exerce ou exerceu anteriormente outros cargos de administração em outras companhias abertas no Brasil.

Wilson Lemos de Moraes Junior – Vice-Presidente do Conselho de Administração, reeleito em 30 de abril de 2009 para um mandato de mais 1 ano, e Diretor Presidente da WLM. Desde 14 de março de 1978 é Conselheiro Vice-Presidente e Diretor Presidente da WLM e demais empresas controladas. Engenheiro agrônomo, formado pela Escola Nacional de Agronomia, em 1969. Não ocupa atualmente e nem ocupou anteriormente outros cargos de administração em outras companhias abertas no Brasil.

Maria Isbela Lemos de Moraes – Vice-Presidente do Conselho de Administração da WLM Ocupou a diretoria de diversas empresas controladas, desde 30 de abril de 1990. Não exerce ou exerceu anteriormente outros cargos de administração em companhias abertas no Brasil.

DIRETORIA

Wilson Lemos de Moraes Junior - Diretor Presidente. Ver informações em Conselho de Administração.

Luiz Fernando Leal Tegon – Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores da Companhia. Também é diretor das empresas controladas, desde 1997. Foi reeleito na reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2010, para novo mandato de um ano. Ingressou na WLM em 1981 e, em 1983, passou a ocupar a diretoria operacional das empresas do segmento automotivo.

b. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

Não se aplica, pois cada um dos membros de nosso Conselho de Administração e da Diretoria declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos não esteve sujeito a qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

i. Qualquer condenação criminal

Não houve.

ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não houve.

iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não houve.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administradores do emissor

O Dr. Wilson Lemos de Moraes Junior, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da WLM, é filho da Sra. Maria de Lourdes Teixeira de Moraes, atual Presidente do Conselho de Administração.

A Sr^a Maria Isbela Lemos de Moraes, Vice-Presidente do Conselho de Administração da WLM é filha da Sr^a Maria de Lourdes Teixeira de Moraes, atual Presidente do Conselho de Administração e irmã do Dr. Wilson Lemos de Moraes Junior, atual Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável. Não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há. .

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não há relações dessa natureza.

b. Controlador direto ou indireto do emissor

Não há relações dessa natureza.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há relações dessa natureza.

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

Não aplicável, a Companhia não possui seguros que prevejam o pagamento de perdas por decisões da administração.

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações que consideramos relevantes a respeito do assunto a serem apresentadas.

WLM – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

13. Remuneração dos administradores

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração da Companhia para os seus administradores, incluindo o Conselho de Administração, tem por objetivo compensar adequadamente a competência e a responsabilidade desses profissionais.

Como a Companhia não possui Conselho Fiscal e Comitês formais instalados, não há política ou prática de remuneração para esses órgãos.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração do Conselho de Administração é feita por meio de pagamento de pró-labore mensal fixado na Assembleia Geral Ordinária realizada anualmente. Com relação à Diretoria Executiva, o Diretor Presidente e o Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores, tem suas remunerações por meio de pagamento mensal fixo, adicionado de pagamento de bônus anual, de acordo com o desempenho da Companhia, medido por seus indicadores anuais.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total

Em 2008, 2009 e 2010, o Conselho de Administração utilizou 100% de remuneração fixa, por meio de pró-labore mensal. No mesmo período, as proporções referentes à remuneração da Diretoria Executiva foram de 76% fixo e 24% variável, 76% fixo e 24% variável e 78% fixo e 22% variável, respectivamente. Em 2011, a proporção é de 78% fixo e 22% variável.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

As remunerações pagas pela Companhia a seus administradores são aferidas periodicamente, para avaliar a necessidade de ajustes em sua composição.

O cálculo do reajuste é feito de acordo com os índices inflacionários e pela média de remuneração do mercado.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração é fixada anualmente na Assembleia Geral Ordinária. A da Diretoria Executiva é baseada na comprovada capacidade técnica e analítica para melhor condução dos negócios com alinhamento de interesses entre acionistas e gestores.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os valores de remuneração pagos aos administradores são avaliados anualmente. Para o Conselho de Administração, por intermédio da projeção de resultados, e para a Diretoria Estatutária, por meio de indicadores do desempenho que compreendem o alcance de metas operacionais e financeiras.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A estrutura de remuneração está atrelada aos resultados da Companhia, ao alcance de metas e ao desempenho econômico e financeiro em cada período analisado.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os interesses da Companhia estão alinhados com a política de remuneração praticada de forma a manter em seus quadros profissionais de comprovada capacidade técnica.

- f. Existência de remuneração suportada por controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte da remuneração da Diretoria Executiva é suportada pela controlada Itaipu Maquinas e Veículos Ltda.

- g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício prédefinido, vinculado a qualquer evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

O Conselho Fiscal não foi instalado nos três últimos exercícios, portanto as informações abaixo se referem ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

Remuneração proposta - 2011									
Órgão	Nº membros	Remuneração Fixa Anual			Remuneração Variável				Total
		Salário - R\$/Mil	Benefícios diretos/indir.	Remun. p/partic. em comitês	Bônus - R\$/Mil	Part. nos resultados	Remun. p/partic. em reuniões	Comissões	
Diretoria Executiva	2	2.080	Não se aplica	Não se aplica	1.000	22% a 24%	Não se aplica	Não se aplica	3.080
Conselho	3	4.729	Não se aplica	Não se aplica	000	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	4.729
Total		6.809	--	--	1.000	--	--	--	7.809

Remuneração - 2010				
Órgão	Nº membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
		Salário - R\$/Mil	Bônus - R\$/Mil	
Diretoria	2	2.080	1.000	3.080
Conselho	3	4.729	000	4.729
Total		6.809	1.000	7.809

Remuneração - 2009				
Órgão	Nº membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
		Salário - R\$/Mil	Bônus - R\$/MIL	
Diretoria	2	3.172	990	4.162
Conselho	3	4.727	000	4.727
Total		7.899	990	8.889

Remuneração - 2008				
Órgão	Nº membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
		Salário - R\$/Mil	Bônus - R\$/Mil	
Diretoria	2	2.996	856	3.852
Conselho	3	4.519	000	4.519
Total		7.515	856	8.371

iii – benefícios pós-emprego

Não há.

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

Não há.

v. remuneração baseada em ações

Não há.

d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Não há conselho fiscal. A remuneração total mensal é de R\$ 750.000 por mês, inclusive bônus.

e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Não há conselho fiscal. A remuneração total mensal é de R\$ 750.000 por mês, inclusive bônus.

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

O Conselho Fiscal não foi instalado nos três últimos exercícios, portanto as informações abaixo se referem ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

Remuneração variável proposta – 2011 (Em R\$ mil)					
Órgão	Nº membros	Remuneração Variável			Total (teto)
		Valor Mínimo R\$/Mil	Valor Máximo	Se atingidas as metas	
Diretoria Executiva	2	Não se aplica	6 salários	Até 6 salários	6 salários
Conselho	3	-	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Total			--	--	6 salários

Remuneração variável – 2010 (Em R\$ mil)					
Órgão	Nº membros	Remuneração Variável			Total (teto)
		Valor Mínimo R\$/Mil	Valor Máximo	Se atingidas as metas	
Diretoria Executiva	2	Não se aplica	1.000	Até 6 salários	1.000
Conselho	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Total			--	--	1.000

Remuneração variável – 2009 (Em R\$ mil)					
Órgão	Nº membros	Remuneração Variável			Total (teto)
		Valor Mínimo R\$/Mil	Valor Máximo	Se atingidas as metas	
Diretoria Executiva	2	--	990	Até 6 salários	990
Conselho	3	--	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Total			--	--	990

Remuneração variável – 2008 (Em R\$ mil)					
Órgão	Nº membros	Remuneração Variável			Total (teto)
		Valor Mínimo R\$/Mil	Valor Máximo	Se atingidas as metas	
Diretoria Executiva	2		856	Até 6 salários	856
Conselho	3		Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Total			--	--	856

i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração

Caso a meta estabelecida não seja atingida, não há pagamento de bônus.

ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração

Na Diretoria Executiva, caso a meta estabelecida seja atingida, o bônus poderá atingir até seis salários.

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Conforme item anterior.

iv. **valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:**

Exercício 2010				
Órgão	Nº membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
		Salário - R\$/Mil	Bônus - R\$/MIL	
Diretoria	2	2.080	1.000	3.080
Conselho	3	4.727	000	4.727
Total		6.809	1.000	7.809

Exercício 2009				
Órgão	Nº membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
		Salário - R\$/Mil	Bônus - R\$/Mil	
Diretoria	2	3.172	990	4.162
Conselho	3	4.727	000	4.727
Total		7.899	990	8.889

Exercício – 2008				
Órgão	Nº membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
		Salário - R\$/Mil	Bônus - R\$/Mil	
Diretoria	2	2.996	856	3.852
Conselho	3	4.519	000	4.519
Total		7.515	856	8.371

b. em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

Não se aplica, pois a Companhia não possui plano de participação de resultados.

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

Não se aplica.

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

13.4.1 Termos e condições gerais

Não existe na WLM um plano de remuneração baseado em ações.

13.4.2 Principais objetivos do plano

Não se aplica.

13.4.3 Forma como o plano contribui para esses objetivos

Não se aplica.

13.4.4 como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Não se aplica.

13.4.5 como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Não se aplica.

13.4.6 número máximo de ações abrangidas

Não se aplica.

13.4.7 número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica.

13.4.8 Condições de aquisição de ações

Não se aplica.

13.4.9 Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não se aplica.

13.4.10 Critérios para fixação do prazo de exercício

Não se aplica.

13.4.11 Forma de liquidação

Não se aplica.

13.4.12 Restrições à transferência das ações

Não se aplica.

13.4.13 Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não se aplica.

13.4.14 Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica.

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Não se aplica.

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica.

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

13.9.1 Modelo de precificação

Não se aplica.

13.9.2 Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.

Não se aplica.

13.9.3 Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica.

13.9.4 forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

13.9.5 Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não se aplica.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Órgão	Exercício	Nº de Membros	Maior Remuneração Individual R\$/MIL(*)	Menor Remuneração Individual R\$/MIL(*)	Média da Remuneração Individual R\$/MIL(*)
Conselho de Administração	2009	3			
Conselho de Administração	2008	3			
Conselho de Administração	2007	3			
Diretoria Estatutária	2009	2			
Diretoria Estatutária	2008	2			
Diretoria Estatutária	2007	2			

(*) A administração optou por não apresentar os respectivos valores, com base em liminar do IBEF (Medida cautelar Nº 17.350 - RJ), obtida em juízo.

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não se aplica.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Remuneração – 2010				
Órgão	Nº membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
		Salário - R\$/Mil	Bônus - R\$/Mil	
Diretoria	2	2.080	1.000	3.080
Conselho	3	4.727	000	4.727
Total		6.807	1.000	7.807

Remuneração - 2009				
Órgão	Nº membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
		Salário - R\$/Mil	Bônus - R\$/Mil	
Diretoria	2	1.768	715	2.483
Conselho	3	4.727	000	4.727
Total		6.495	715	7.210

Remuneração - 2008				
Órgão	Nº membros	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Total
		Salário - R\$/Mil	Bônus - R\$/Mil	
Diretoria	2	1.696	675	2.371
Conselho	3	4.519	000	4.519
Total		6.215	675	6.890

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.